



A importância da Atenção Primária à Saúde no acolhimento de pessoas transexuais

Matheus de Oliveira Silva¹, Bruna de Oliveira Batista², Amanda Oliveira Bernardino Cavalcanti de Albuquerque³

Tipo de trabalho: Temas de revisão.

Classificação: QC24 (código Q para transgênero), QC51 (código Q para violência baseada no gênero), QS4 (código Q para prestador de cuidados primários).

Modalidade da inscrição: Pôster digital

RESUMO

Pessoas transexuais (trans) fazem parte do grupo das minorias sexuais. Estas são vítimas de violência e discriminação desde crianças, levando-as, em muitos casos, à margem da sociedade (PEREIRA, CHAZAN, 2019). Com os novos desafios trazidos, o Sistema Único de Saúde (SUS), enquanto sistema universal, equitativo e integral, precisou se aprimorar na atenção oferecida a esse grupo, muitas vezes tão esquecido pela saúde pública, sendo necessária a implementação de ações ao cuidado LGBT, de forma a facilitar o acesso desse grupo na atenção primária à Saúde (APS) (NEGREIROS *et al*, 2019). Objetivou-se revisar a literatura apresentando as dificuldades encontradas pelas minorias sexuais para ter acesso à Atenção Primária no SUS. Como metodologia, os dados para a realização deste resumo foram obtidos mediante pesquisa bibliográfica integrativa da literatura eletrônica, nas bases de dados SCIELO e Google Acadêmico. Sobre os resultados e discussão, no decorrer da história, transexuais vêm sendo tratados de maneira paradoxal, pois mesmo existindo disponibilidade para processo transexualizador, a transexualidade ainda é considerada por muitos como uma patologia psiquiátrica. As opressões sociais, muitas vezes, os impedem de buscar suporte de saúde correto, podendo ser considerados invisíveis perante o sistema da Atenção Primária. Entretanto, esses indivíduos possuem altas demandas ligadas a transtornos mentais, abuso de substâncias e hormônios, além da violência (MAGALHÃES, 2018). O SUS encara obstáculos para implementar a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais. Dessa forma, o médico da família e comunidade necessita estar preparado para prestar o auxílio adequado a esse público (VIEIRA *et al*, 2019). Em conclusão, sabe-se que a comunidade transexual possui acesso marginalizado à

¹ Faculdade Integrada Tiradentes (FITS); matheus.oliveira@soufits.com.br.

² Faculdade Integrada Tiradentes (FITS); bruna.oliveira@soufits.com.br.

³ Faculdade Integrada Tiradentes (FITS); amandaobernardino@hotmail.com.

saúde e envolve altas demandas dos serviços desse setor. Assim, um atendimento de saúde adaptado a esse público é essencial para diminuir as desigualdades impostas na APS e reafirmar os direitos universais preconizados pela Constituição Brasileira, através do SUS.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção Primária à Saúde. Acolhimento. Pessoas Transgênero. Sistema Único de Saúde. Minorias Sexuais e de Gênero.

REFERÊNCIAS

1. Pereira C. O Acesso das Pessoas Transexuais e Travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira de Medicina da Família e comunidade*, 2019.
2. Negreiros et al. Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: da Formação Médica à Atuação Profissional. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 2019.
3. Magalhães. Barreiras de acesso na atenção primária à saúde à travestis e transexuais na região central de São Paulo. *Revista Digital da Universidade de São Paulo*, 2018.
4. Viera et al. Atenção Primária à Saúde quebrando tabus: memorial do I Seminário de Sexualidade e Diversidade da SBMFC. *Revista Brasileira de Medicina da Família e comunidade*, 2019.